

# VIOLÊNCIAS SEXUAIS A CRIANÇAS E ADOLESCENTES: a ética do cuidado familiar e educacional em pauta

Rogéria Pereira Fernandes Soares<sup>1</sup> & Maria do Socorro Furtado Bastos<sup>2</sup>

<sup>1</sup> Universidade da Madeira, rogeria.soares@staff.uma.pt.

<sup>2</sup> Psicóloga Clínica do Hospital Otávio de Freitas, Governo do Estado de Pernambuco, Recife, Pernambuco, Brasil, msfurtadobastos@hotmail.com.

## 1. Considerações Iniciais

As formas de estabelecer vínculos entre os seres humanos variam de uma época para outra e na mesma época, em diferentes locais. Sendo assim, a diversidade das formas de convivência humana não é privilégio de nossa época. No entanto, na contemporaneidade, observa-se uma verdadeira revolução “*no modo como pensamos sobre nós mesmos e no modo como formamos laços e ligações com outros*” (Giddens, 2000, p. 61).

Freud, ao interpretar sua época, teve como base uma sociedade orientada verticalmente no amor do pai, e compreendeu a família orientada pelo pátrio poder, igualmente válido para a estrutura empresarial, política e econômica da era industrial.

Segundo Lacan (*apud* FORBES, 1990), em sua primeira clínica, a do signifiante, o sujeito adotava uma relação ao Outro enquanto linguagem ou lei, em um mundo que respondia a orientações verticais bem definidas, com significações hierarquizadas e ideais bem marcados, onde o pai era relevante na ordem familiar, como os modelos hierárquicos predominantes na ordem industrial.

Em sua segunda clínica, a clínica do gozo, ou a da identificação do sintoma, Lacan (*Ibidem*) reconceitualiza este sujeito, trazendo o sujeito da comunicação, da era da globalização, que sofre um desvario do seu gozo, decorrente da quebra dos ideais. Um sujeito como sintoma, como um modo repetitivo e sintomático de desfrutar ou de obter gozo, que difere das gerações passadas, onde era marcado pelas identificações verticais de família e de pátria.

Encontra-se na contemporaneidade uma geração de uma nova ordem, um novo mundo além da verticalidade das identificações da geração passada. Uma geração globalizada, de identificações horizontais, que carrega um sentimento de onipotência, desde que pode estar virtualmente em vários lugares, passando uma idéia de controlar o mundo. Onde ser cidadão deste mundo está diretamente relacionado com sua opção profissional, nada tendo a ver com sua participação crítica em nível de transformações sociais, mas apenas uma opção de consumo, atrelada a conforto e segurança.

Um mundo novo que exige novas soluções baseadas na responsabilidade de escolha, onde criar não é tudo, é necessário suportar o peso da criação.

Uma contemporaneidade que, diante da quebra do respeito pelo outro, a qual abriu possibilidades para a violência, exige uma nova ação psicossocial. Uma ação voltada para a palavra que não apenas diz, pois esta não mais comove, mas uma palavra que toca, que sabe se posicionar no vazio entre o desejar e o fazer, a fim que a sociedade como um todo possa retificar, através da família e da educação, instituições geradoras de ética, suas relações de compromisso com o outro, restabelecendo limites.

Para Lacan (1985), a espécie humana caracteriza-se por um desenvolvimento singular das relações sociais. Tem-se, pois, um sujeito histórico, ideológico, cuja fala representa um tempo na história e um espaço social.

Encontra-se nessa nova forma de trabalhar a singularidade, uma geração onde a velocidade das mudanças, que gera instabilidade às condições de sobrevivência realiza, de forma sintomática, a prática dos ideais de consumo, levando a queixas e angústias não mais ligadas as dificuldades de se alcançar os objetivos, como nas gerações passadas, mas ao emaranhado das possibilidades oferecidas, a angústia em decidir frente a tantas opções. Uma geração que Forbes (2004) muito bem intitulou de “Homem Desbussolado”, sem saber o que fazer, nem escolher, hoje, entre os vários futuros que lhe são possíveis: sem norte, sem bússola.

Uma geração de mudanças que leva a uma revolução do conceito da ética do cuidado familiar e educacional, reconhecida e apoiada pela sociedade.

Lacan (1987, p. 13) coloca a família não como um elemento puramente teórico da sociedade ou apenas biológico, mas uma organização das emoções do sujeito, onde mudanças de comportamento são necessárias para uma melhor adaptação ao meio, transmitindo estruturas e representações que vão além da consciência, quando diz:

Por isso ela (família) preside aos processos fundamentais do desenvolvimento psíquico, a esta organização das emoções segundo tipos condicionados pelo ambiente, que é a base dos sentimentos segundo SHAND; duma maneira mais lata, ela transmite estruturas de comportamento e de representação cujo jogo ultrapassa os limites da consciência. (p. 13)

Tem-se não só na família, mas também na escola, articuladores que possibilitam e estruturam as relações sociais através dos modos de organização de uma formação moral, da lei e de sua transmissão, uma construção mítica, um processo de seleção do que é julgado bom a ser transmitido, o mínimo de informações sobre determinado fenômeno, que permite o desenvolvimento de um comportamento padrão diante o social.

Sendo assim, este trabalho de revisão bibliográfica, em uma abordagem psicanalítica, visa refletir, tendo por base as crescentes violências sexuais a crianças e adolescentes, a construção do sujeito na contemporaneidade, em um momento atual que acena para a possibilidade de um gozo ilimitado, infinito, onde o Outro, como ideal, se encontra enfraquecido diante de uma febre narcisista. Onde a cultura, assumindo um papel de “supereu”, obriga o sujeito a gozar em uma falta que os valores produzidos pelo mercado de consumo não cobrem, deixando o gozo sempre em falta, sendo sempre preciso transgredir um pouco mais, o que leva o ideal a ser menor que o mais-de-gozar, remetendo o sujeito contemporâneo ao desamparo.

## 2. O Desamparo do Sujeito na Contemporaneidade

O sujeito pode viver o desencontro de uma neurose, negando o que deseja, ou de uma psicose, encontrando uma realidade que ninguém comparte, mas também pode suprimir de forma radical na drogadição, na obesidade, nos casos de depressão ou nas violências em que age sem ter nada a dizer, sintomas em que as identidades se desestruturam, como um curto-circuito da linguagem.

Sintomas que exercem um papel simbólico, segundo Soares (2005, p. 27), “(...) como uma mensagem, escrita de um desejo inconsciente, passível de deslocamento, relacionada às condições em que e como aparecem”, que não deve ser apenas analisada quanto ao sentido, como na primeira clínica de Lacan, mas que deve ser decifrada, lida, como em sua segunda clínica, uma análise da consequência, para ser à base de enfrentamento da compreensão

dos sintomas da nova ordem. Como cita Forbes (1999), “Da mesma forma que para Vinícius a mulher tem que ter qualquer coisa além da beleza, para Lacan, a palavra tem que ter qualquer coisa além do sentido.”

Lacan (1985), afirma que o ser humano nasce em um estado de impotência e, desde cedo, a linguagem servi-lhe de apelo, pois de seus gritos depende a sua própria alimentação. Quando o grito é ouvido, o sujeito se sente amparado.

Na contemporaneidade, esse grito em direção ao Outro, não tem sido escutado, deixando o sujeito no desamparo.

O estabelecimento da lei se instituiu como modo de amparo simbólico ao sujeito, pois, ao mesmo tempo em que priva e limita, protege e ampara. Para Freud (1976), a relação lei e amparo são essenciais à vida em comunidade.

Para Bauman (1997), o mal-estar na contemporaneidade se configura a partir do excesso de insegurança, de desproteção e escassez de lei. Onde há uma distinção entre o desamparo primário e o secundário, sendo o primeiro inerente à condição humana e o segundo, que na contemporaneidade, tem sido reforçado pela instabilidade, insegurança e desproteção.

Percebem-se atualmente, dificuldades na referência ao lugar da lei simbólica em razão de todas as mudanças ocorridas na contemporaneidade, que traz uma enorme variedade de escolhas.

Se o “pai”, no sentido da lei simbólica, já não é tão forte, se ele já não é mais a figura central de lei e autoridade, outros referenciais simbólicos podem inscrever-se para dar conta dessa falta. Ou seja, o sujeito, diante de tantos santos, deve definir a qual delegar sua fé, para se sentir amparado. Logo, por ser o Nome-do-pai uma metáfora, outras metáforas podem ocupar o lugar simbólico da referência, da interdição, surgindo, pois, várias direções à medida que outros representantes se elegem como substitutos, os nomes-do-pai<sup>1</sup>.

Sendo, pois, necessária uma reflexão sobre a construção das identidades, do lugar do sujeito na contemporaneidade e uma análise da consequência dos sintomas desse sujeito, que ressalta um espaço plural e de diversas referências identificatórias, as quais colocam o sujeito em um lugar instável, de constante readaptação diante dos novos laços sociais.



<sup>1</sup> Os Nomes-do-Pai, questionado a partir do Seminário Lacaniano sobre Joyce, demonstra que o “pai” não tem um nome próprio, mas sim, muitos nomes como suportes para função de enodamento dos três registros: o simbólico, o imaginário e o real.

### 3. Violências Sexuais a Crianças e Adolescentes

Encontra-se na condição de ser sujeito na contemporaneidade transformações que levam a perda de referências, onde a moral, por si só, não é suficiente para não acarretar danos.

Segundo a Lei:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-las a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão. (BRASIL, 1988)

Porém, se o papel simbólico do interdito desaparece, perde-se a noção de limite, a função moral enfraquece e a Lei fica fragilizada.

Numa contemporaneidade que não impõe limites, trazendo junto à liberação excessiva, o discurso do gozar a qualquer preço, onde não é preciso renunciar a nada porque se pode tudo, de acordo com Ceccarelli (2002), cresce um individualismo da cultura do narcisismo, que dita ao sujeito uma exigência da busca do prazer unicamente pessoal e a qualquer custo.

Uma contemporaneidade de formação de sujeitos que não renunciam ao gozo e, sendo assim, não são submetidos à Lei, gerando violência, apatia e ausência de compromisso.

Somado a tudo isto, encontra-se uma atualidade marcada pela finitude, perda, luto e dor, oriundos da pandemia da Covid 19, sendo necessário trabalhar às violências suscitadas e descortinadas.

Vivemos um mundo sem resposta para tudo, um mundo orientado pelo que provoca, incita, instiga, onde o limite, essa brecha no desejo, que muitas vezes leva a violência, deve ser trabalhado.

Uma nova forma específica de laço social, de educar e de curar, que pode dialogar com a visão heiddegeriana do homem ser-no-mundo, constituída das interações com o mundo, com o outro e, assim, existindo na possibilidade de ser que se cria constantemente.

O Projeto PAPAS (Programa de Atendimento Psicossocial em Abuso Sexual) vem somar este cenário, tendo por objetivo o atendimento psicossocial não apenas as crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual, mas também aos agressores, criando mecanismos de apoio com base nas atuais

diretrizes para redução da violência e nas vigentes políticas públicas brasileiras em saúde mental.

O Decreto nº 10.701, de 17 de maio de 2021, que instituiu o Programa Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, previu a criação do Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes, cujo processo de construção tem demandado um intenso diálogo e articulação com os atores e parceiros governamentais e da sociedade civil, a fim de que possam discutir a política de enfrentamento da violência contra crianças e adolescentes sob as óticas da multidisciplinariedade, regionalização e intersetorialidade. (BRASIL, 2022, p. 01)

Segundo as estatísticas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública e da UNICEF, de 2017 a 2020:

- 180 mil crianças sofreram violência sexual nos últimos 04 anos. Uma média de 45 mil crianças por ano.
- 179.227 estupros de vítimas até 19 anos de idade. 81% tinha até 14 anos (145 mil casos). O que resulta numa média de:
  - 36 mil Casos por ano;
  - 100 Casos por dia

**Perfil das vítimas:**

**Gênero**

- 86% Meninas
- 14% Meninos
- Em um total de 35% crianças de até 10 anos

**Raça**

- 55% Brancas
- 44% Negras
- 0,6% Outros

**Prevalência de casos de violência doméstica:**

- A maioria dos casos ocorre na residência da vítima;
- 86% dos autores eram conhecidos.

Neste cenário, o Projeto PAPAS tem por objetivo desenvolver uma pesqui-

sa-ação voltada ao atendimento psicossocial às crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual e aos seus agressores, inspirado nas atuais diretrizes para redução da violência e nas atuais políticas públicas brasileiras em saúde mental, onde pretende-se:

- Realizar levantamento bibliográfico sobre relatos de experiências no Estado de Pernambuco de atendimentos a crianças e adolescentes vítimas de abuso sexual;
- Identificar iniciativas e obstáculos nos atendimentos às vítimas e aos agressores de abuso sexual a crianças e adolescentes no Estado de Pernambuco;
- Traçar um perfil psicossocial dos citados agressores, bem como uma análise quantitativa das principais características dos atos de violência praticados, a fim de traçar metas de atendimento aos mesmos, no campo da saúde mental, como prevenção para não reincidência do ato;
- Desenvolver uma experiência piloto de atendimento às vítimas e aos agressores de abuso sexual a crianças e adolescentes, na Cidade do Recife, Estado de Pernambuco, a fim de desenvolver análise da necessidade de implantação de um serviço especializado, multiprofissional, ao referido atendimento;
- Elaborar um documento da análise da experiência-piloto e apresentar a pesquisa, com base nos resultados da referida análise, em encontros científicos e debates públicos, com o objetivo de:
- Contribuir no debate teórico sobre abuso sexual a crianças e adolescentes;
- Fornecer subsídios para iniciativas no que diz respeito ao enfrentamento e redução de abuso sexual a crianças e adolescentes no contexto das políticas públicas em saúde mental;
- Discutir indicadores para avaliação de serviços voltados às vítimas e aos agressores de abuso sexual a crianças e adolescentes;

#### **4. Considerações Finais**

Ao contrário do mal-estar da civilização citado por Freud, onde o mesmo estava ligado ao excesso de controle, o mundo contemporâneo apresenta um mal-estar ligado ao excesso de liberação, a um consumismo sem freio,

que deixa o sujeito em uma encruzilhada moral, que leva a uma fragilidade da Lei e conseqüentemente o transforma em uma máquina de desejar que não cessa.

Quando se fala de abuso sexual a crianças e adolescentes, a vítima é, em muitas situações, acompanhada no campo da saúde mental, no cuidado na redução do estresse pós-traumático, na atenção a experiência traumática que ocorreu além do que o ego estava preparado para viver e suportar, enquanto o agressor é sempre visto no enquadramento da Lei, do Direito.

A construção da verdade aparece de diferentes formas na relação da Saúde Mental com o Direito, e nem sempre os dois campos têm as mesmas preocupações e entendimentos a respeito dos sujeitos.

A diferença se encontra em ser o Direito normatizador das leis de convívio, um sistema de regras e de fazer cumpri-las com obrigatoriedade, agente de controle social, envolvido com a consequência dos atos humanos, com o que é criado pelo ser humano, e a Saúde Mental conhecedora das leis de convívio, com o interesse voltado para as constantes modificações do sujeito, com o olhar voltado para o que é inerente ao ser humano.

Ou seja, enquanto o Direito se refere às razões do comportamento com o olhar de punição às condutas antissociais, de verdades quanto ao fato legal em questão, a Saúde Mental fala nas causas desse comportamento, tentando compreender a conduta humana.

Um olhar diferenciado se faz necessário no entendimento desta prática, uma vez que comporta situações e sentimentos que não podem ser mensurados unicamente pelo objetivo, isto é, pela mensuração e aplicação de normas.

Para tanto, parcerias devem ser efetivadas e fortalecidas. Equipes multiprofissionais devem estar mais flexíveis, dispostas a traçar novos percursos, criar novas alternativas que possam contemplar as demandas trazidas com o olhar voltado a prevenção de reincidência do ato, onde a violência deve ser também tratada e não apenas punida, pois não se pode descolar a mesma do contexto psicossocial em que ela está inserida.

## Referências Bibliográficas

BAUMAN, Z. *O Mal-Estar da Pós Modernidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1997.

BRASIL. *Constituição da República Federativa do Brasil*, 1988.

BRASIL. Secretaria Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: *Plano Nacional de Enfrentamento da Violência contra Crianças e Adolescentes*, 2022.

CECCARELLI, P. R. Configurações Edípicas da Contemporaneidade: reflexões sobre as novas formas de filiação. São Paulo: *Pulsional Revista de Psicanálise*, ano XV, nº 161, pp. 88-98, 2002.

GIDDENS, A. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 2002.

FORBES, J. A Psicanálise do homem desbussolado – As reações ao futuro e o seu tratamento. São Paulo: *Projeto Análise Por Jorge Forbes*, 2004. Disponível em: <https://tinyurl.com/b66j6yka>. Acesso em: 19 jan. 2022.

FORBES, J. Da Palavra ao Gesto do Analista. São Paulo: *Projeto Análise Por Jorge Forbes*, 1999. Disponível em: <https://tinyurl.com/mwavbmx>. Acesso em: 19 jan. 2022.

FORBES, J. Emprestando Consequência: quando Freud não explica. São Paulo: *Projeto Análise Por Jorge Forbes*, 1990. Disponível em: <http://jorgeforbes.com.br/emprestandoconsequencia/>. Acesso em: 19 jan. 2022.

FREUD, S. Os Caminhos da Formação dos Sintomas, In: *Obras Psicológicas Completas*. Rio de Janeiro: Imago Editora Ltda, v. XVI, 1976.

LACAN, J. *A Família*. Lisboa: Assírio & Alvim, 1987.

LACAN, J. *Os Complexos Familiares*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editor, 1985.

SOARES, R. P. F. Sintoma: uma mensagem endereçada ao Outro. Recife: *Medicina e Odonto Hoje*, ano VII, nº 12, p. 27, 2005.